

Proposta de resolução que “Estabelece diretrizes para a gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União e os Estados e o Distrito Federal com vistas ao fortalecimento dessa gestão integrada”

COMPILAÇÃO DAS CONTRIBUIÇÕES RECEBIDAS

Representação	CONTRIBUIÇÕES
Agência Nacional de Águas (ANA)	<p>Trabalhou na proposta que saiu da última Reunião Conjunta</p> <p>Segundo a ANA, a proposta apresentada é fruto de entendimentos de várias superintendências da Agência. A Principal alteração em relação à minuta resultante da última reunião conjunta é a inclusão do Artigo 4º que trata especificamente das “Diretrizes para a Gestão Integrada de Recursos Hídricos Superficiais e Subterrâneos”. Minuta anexa (alterações em azul)</p>
Serviço Geológico do Brasil (CPRM)	<p>Trabalhou na proposta que saiu da última Reunião Conjunta</p> <p>Principais alterações foram:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) retirou dos "considerandos" a menção à resolução 107/2010, pois há uma proposta de ser objeto de alteração; b) inseriu nos "considerandos" um texto sobre gestão integrada; c) descreveu o que é uma Área de Conexão Rio-Aquífero - ACRA; d) inseriu no artigo 4º parágrafos que tratam da integração do SNIRH e SIAGAS; da caracterização e quantificação das interações; da integração gradual de um sistema de monitoramento; da alocação de água e sobre fluxos subterrâneos em ACRA's adjacentes de bacias distintas; e) destacou a atuação dos executores diretos definidos no Programa Nacional de Águas Subterrâneas (ANA, SRHU/MMA e CPRM) em relação ao termo "União". Minuta anexa (alteração Vermelho)
Indústria	<p>As considerações remetem a proposta do GT</p> <p>Segundo Informado pela indústria, a referida minuta foi debatida no âmbito da Rede de Recursos Hídricos da Indústria, Coordenada pela CNI, e contou contribuições das Federações de Indústria, em especial da Federação das Indústrias de Minas Gerais e de São Paulo.</p> <p>Seguem as considerações:</p> <p>Inicialmente, o setor industrial entende como urgente o envolvimento da Consultoria Jurídica do MMA no processo, dado que o estrito alinhamento com as competências dos entes citados e envolvidos é pressuposto para a aplicabilidade desta e</p>

	<p>de qualquer resolução do CNRH. É essencial que durante a elaboração de resoluções sejam minimizados, ao máximo, os riscos de contestações judiciais à norma ou à sua aplicação.</p> <p>A minuta se propõe a apresentar diretrizes institucionais e técnicas sobre interligação e integração da gestão das águas superficiais e subterrâneas. Será importante e fundamental observar a forma com que as legislações estaduais tratam o tema.</p> <p>Não é excessivo ressaltar que a dominialidade dos estados sobre as águas subterrâneas advém de determinação constitucional. Em muitos estados essa interface já é amplamente contemplada, com destaque para a o Estado de São Paulo. O mesmo aspecto é referido em algumas Resoluções do CNRH, indicadas abaixo.</p> <p>UGRAS: Importante observar que a proposta é que o CNRH dê ordens para municípios. A autoridade de uso e ocupação do solo constitucionalmente são os municípios. Não cabe ao CNRH a inclusão de competências para municípios. A criação de tais unidades não tem amparo legal na legislação atual.</p> <p>Ao observar o artigo 6º, questiona-se a competência dos Municípios para fazer a gestão de recursos hídricos. Caberá ao Município, como usuário titular do setor de saneamento, participar dos Comitês de Bacia e/ou Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos, conforme cada legislação estadual.</p> <p>A regulação dos usos, referida no Artigo 7º, é feita por meio do cadastro de usuários e da outorga de uso dos recursos hídricos. As competências sobre ambos os instrumentos é claramente definida na Constituição Federal e nas legislações de recursos hídricos e devem respeitar a dominialidade dos cursos de água e os princípios das autonomias federativas.</p> <p>A relação 1/1 referida no Artigo 7º não guarda respaldo técnico. Essa relação deve ser analisada e estudada a partir de modelagem hidrológica, hidrogeológica e bancos de dados muito consistentes, quase inexistentes no País. Fixar um padrão nacional para essa relação é um risco muito grande que não encontra respaldo na melhor técnica e nem na boa prática regulatória. É essencial que essa interação seja analisada em situações específicas e com base na articulação efetiva entre os órgãos gestores de recursos hídricos.</p> <p>Recomenda-se, dessa forma, que ambas as Câmaras Técnicas em conjunto com os órgãos gestores de recursos hídricos se dediquem à publicação de “uma terminologia e conceitos consistentes com a interação das águas superficiais e subterrâneas” prevista no artigo 8º e, com base nesses, revisem a proposta de Resolução antes do encaminhamento da mesma à apreciação do CNRH.</p>
--	---

CERH - Mato Grosso	<p>Órgão Gestor do estado do Mato Grosso avaliou as duas propostas (ANA e da reunião conjunta):</p> <p>A equipe técnica do órgão gestor do Estado de Mato Grosso avaliou as duas propostas de Minuta de Resolução para Gestão Integrada e considerou que a proposta da ANA está mais completa e inclui todos os pontos principais da minuta atual.</p> <p>Um dos fatores positivos é a não caracterização de uma nova unidade de gestão. Embora a proposta da ANA apresenta que os MR devem ser elaborados por porção de aquífero, aquífero ou sistemas aquíferos, abrangendo uma ou mais bacias ou sub-bacias (§3º, Art. 4º) evitando assim, conflito com a unidade estabelecida.</p> <p>Sugestões de alteração na proposta de minuta da ANA nos seguintes pontos:</p> <p>- Art. 5º (versão atual) - Na elaboração dos Marcos Regulatórios, os órgãos gestores de recursos hídricos dos Estados e Distrito Federal poderão se articular com as autoridades de uso e ocupação do solo, as autoridades ambientais e com os comitês de bacias hidrográficas para estabelecer em conjunto as normas específicas de gestão. (Inserir na proposta da ANA como § 4º do Art. 4)</p> <p>- Art. 3º e 4º (versão atual) - Um sistema de monitoramento que considere os aquíferos existentes nas bacias hidrográficas, abrangendo estações fluviométricas, pluviométricas, poços de observação e os efeitos das extrações existentes, de modo a contribuir para a correta avaliação e quantificação da contribuição subterrânea e promover o aprimoramento das informações necessárias à gestão integrada. (substituir o inciso IV do Art. IV da minuta da ANA)</p> <p>Questionamentos na proposta da ANA:</p> <p>Com relação ao parágrafo que tratava dos aluviões: Os aluviões podem ser considerados uma RPD (Recarga Potencial Direta)? E sendo assim, estaria contemplada no caput do Art. 3º. Caso não, como seria tratado esse tópico?</p> <p>Quais foram os critérios para as precipitações médias anuais colocadas no parágrafo único do Art. 3º? Por que não excluir totalmente os aquíferos fissurais da aplicação da resolução como o fez a minuta atual?</p> <p>Qual é a diferença na aplicação dos §1º e §2º do Art. 4º?</p>
--------------------	---

CERH – São Paulo	<p>Trabalhou na proposta que saiu da reunião conjunta.</p> <p>- Em reunião conjunta realizada no dia 14 de abril de 2016, as Câmaras Técnicas de Águas Subterrâneas e de Usos Múltiplos do CRH/SP analisaram a minuta de Resolução do CNRH sobre a gestão integrada águas superficiais e subterrâneas. Em anexo segue o parecer com os comentários a respeito da proposta, e sugestões no arquivo da proposta.</p> <p>Alguns destaques do Parecer:</p> <p>- a minuta apresenta diretrizes institucionais e técnicas afetas à gestão integrada de recursos hídricos, em especial quanto a interligação superficial e subterrânea, que já estão amplamente contempladas em normas nos âmbitos Federal e do Estado de São Paulo, inclusive Resoluções do CNRH,</p> <p>- acredita-se que algumas proposições extrapolam o poder normativo do CNRH, como a inclusão de competências ao município, ao indicar que esse ente deverá estabelecer normas específicas para área de conexão rio-aquífero dentro das bacias hidrográficas nas quais o seu território esteja circunscrito.</p> <p>- a criação de Resolução CNRH nessa matéria deveria se restringir às formas de apoio aos Estados, aplicável naqueles com dificuldades no planejamento da gestão integrada de recursos hídricos, nos termos da minuta encaminhada em anexo.</p> <p>- Sugeriram nova ementa a proposta de Resolução:</p> <p><i>Estabelecer diretrizes para o planejamento e implementação da gestão integrada de recursos hídricos superficiais e subterrâneos e a articulação entre a União, os Estados e o Distrito Federal</i></p>
------------------	---